



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ/MG, NOS TERMOS DA  
LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA LEGISLATIVA

Nº do protocolo: 1555/2016

Data: 29/11/2016

Parecer: 06/12/2016

Objeto: "Altera o perímetro urbano do distrito de Belisário"

Autor: Prefeito Municipal



A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, Comissão de Administração Pública, Comissão de Meio Ambiente, Habitação e Políticas Urbanas e Rural e Comissão de Redação e Assuntos Diversos da Câmara Municipal de Muriaé/MG, constituída dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente com fundamento no art. 76, VII, II, VIII e III e artigos 160 e 170 do Regimento Interno desta Casa Legislativa e demais disposições constitucionais e legais pertinentes, assim se manifestam:

## 1 QUANTO AO QUORUM EXIGIDO PARA VOTAÇÃO

Em seus Arts. 219, 221, 222 e 223 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Muriaé/MG dispõe sobre o *quorum* exigido para votação das várias espécies de projetos de lei, daí se concluindo que a matéria apresentada insere-se entre aquelas cujo *quorum* é maioria

simples, ou seja, atingido o limite mínimo para dar início à sessão legislativa, a maioria simples equivale ao número inteiro imediatamente maior que a metade dos presentes àquela sessão.

*In casu*, deve ser observado que o presente projeto é lei complementar pela Lei Orgânica Municipal, razão pela qual seu *quorum*, deve obedecer o art. 76, senão vejamos:

Art. 76 – A iniciativa da lei complementar e ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e nos casos definidos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - A Lei Complementar é aprovada por maioria dos membros da Câmara observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

§ 2º - Considera-se lei complementar entre outras matérias, previstas nesta Lei Orgânica:

**VI – a lei de parcelamento, ocupação e uso do solo; (g.n)**

Ademais, cabe a esta Casa, dispor sobre as matérias de competência do Município, conforme Lei Orgânica Municipal, senão vejamos:

Art. 72 - Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no art. 77, dispor sobre as matérias de competência do Município, especificamente:

I – diretrizes gerais de desenvolvimento urbano, plano diretor, plano de controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo;

## **2 QUANTO AO MÉRITO DO PROJETO**

Como se subtrai da análise do projeto protocolado sob nº 1555/2016, que *altera o perímetro urbano do distrito de Belisário*.

### **a) Da implantação de políticas locais e da norma autorizativa na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município**

O presente projeto de lei, pretende *alterar o perímetro urbano do distrito de Belisário*.

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa que são assegurados ao Município consoante a regra prevista no artigo

30, inciso I da Constituição Federal e autorizada pela Competência Concorrente entre a União Federal e Municípios prevista no artigo 23, incisos I, II, III, IV, VI e X da Constituição Federal.

Artigo 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

Artigo 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Veja-se, que o tema tratado nessa propositura não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

#### **b) Da regulamentação do perímetro urbano**

Destaca-se que a presente proposição legislativa busca ampliar o perímetro urbano de Belisário, por força da aplicação da Lei 5317/2016<sup>1</sup>.

Sob esta ótica, a fim de dirimir eventuais dúvidas quanto a vícios de iniciativa para propor tal projeto, temos que o assunto tratado é de competência privativa do Município, encontrando amparo no art. 6º, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

Art. 6º - **Ao Município compete** prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, **privativamente**, dentre outras, as seguintes atribuições:

**I – legislar sobre assuntos de interesse local;**

**XI – planejar o uso e a ocupação do solo em seu território e especialmente em sua zona urbana; (g.n)**

Analisando o presente Projeto de Lei, observamos que o mesmo poderá lograr êxito, tendo em vista ausência de vícios de ilegalidade que o maculam, previstos na Lei Orgânica do Município.

---

<sup>1</sup> Em anexo ao parecer das Comissões

Assim diante da supremacia do interesse público municipal o pedido de ampliação na aplicação da legislação municipal vigente, não viola a legislação constitucional e municipal, estando o presente projeto apto para apreciação.

Conforme restou demonstrado a ampliação mostra-se possível, legal e moral, porém, essencial é que ele se dê mediante autorização legislativa, em virtude do princípio da legalidade que norteia os atos da Administração.

### 3 DA CONCLUSÃO FINAL

Portanto, resta a esta Edilidade, igualmente comprometida com os interesses coletivos, apoiar todas as ações que dêem suporte ao desenvolvimento do município de Muriaé, o que ora faz com a aprovação unânime deste Projeto de Lei.

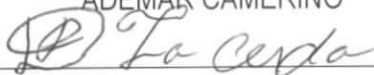
Em análise ao projeto, verifica-se que foi eleito o expediente legislativo correto, bem como, observada a competência para iniciativa de lei, além de atender aos requisitos de constitucionalidade formal e material, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Considerando todo o exposto, a Comissão de Constituição Legislação e Justiça juntamente com a Comissão de Administração Pública, Comissão de Meio Ambiente, Habitação e Políticas Urbanas e Rural e Comissão de Redação e Assuntos Diversos da Câmara Municipal de Muriaé/MG, ao apreciarem o Projeto de Lei de Protocolo nº 1555 de 29/11/2016, nos termos regimentais e legais, e, com base em todas as argumentações aqui expendidas, cabendo explicitar que o parecer apenas analisa a legalidade da proposição, não vinculando as comissões permanentes, nem tão pouco refletindo o pensamento dos edis, que deverão apreciar o Projeto de Lei, devendo o Plenário da Câmara decidir pela APROVAÇÃO ou NÃO do referido projeto.

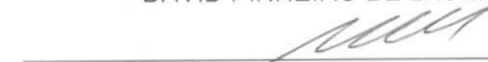
Este é nosso parecer, salvo melhor juízo. Do Plenário da Câmara Municipal de Muriaé/MG para apreciação pelos Exmos. Srs. Edis, aos 06 (seis) dias do mês de dezembro de 2016.



ADEMAR CAMERINO

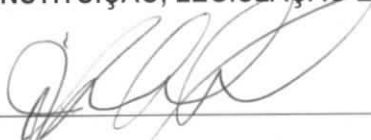


DAVID PINHEIRO DE LACERDA




MANOEL TEODORO PEREIRA DE CARVALHO FILHO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA



JAIR SANCHES ABREU



MANOEL TEODORO PEREIRA DE CARVALHO FILHO

WOLNEY GONÇALVES DE OLIVEIRA

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



DEVAIL GOMOEES CORREA

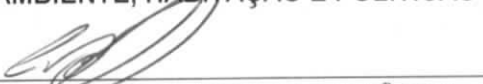


MANOEL TEODORO PEREIRA DE CARVALHO FILHO



REINALDO DORNELAS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO E POLÍTICAS URBANAS E RURAL



CARLOS DELFIM SOARES RIBEIRO




JAIR SANCHES ABREU



DAVID PINHEIRO LACERDA

COMISSÃO DE REDAÇÃO E ASSUNTOS DIVERSOS

  
Francisco Carvalho Correa  
Procurador Jurídico  
MASP: 0148  
OAB/MG 99693